

EMPRESAS

Transportes públicos perdem passageiros mas ganham receitas

As seis empresas públicas de transportes perderam 53,7 milhões de passageiros, mas as receitas subiram 6,25% no semestre. — P20





Jólio Paulo dias / Arquivo Económico



Paulo Alexandre Coelho



Paula Nunes



Transportes perdem passageiros m

Os portugueses estão a andar menos de transportes. As seis empresas públicas perderam 53,7 milhões

Hermínia Saraiva
herminia.saraiva@economico.pt

Não há excepção para esta regra. Nos primeiros seis meses do ano as empresas de transportes públicos de Lisboa e Porto transportaram menos passageiros, mas garantiram um aumento de receitas que em pelo menos um caso ultrapassou os 25%. Uma tendência que resulta das duas últimas subidas de tarifários impostos pelo Governo. Em Fevereiro, as tarifas e passes sociais aumentaram em média 5%, verificando-se casos em que os aumentos chegaram a 64%. A subida anterior, em Agosto de 2011, foi em média de 15%.

No total, a procura caiu 14% com as seis empresas a transportarem 329,3 milhões de pessoas durante os primeiros seis meses de 2012, contra 383 milhões registados há um ano. Ao nível das receitas, a subida é de

8,6%, com uma facturação total de 245,6 milhões de euros.

A Metropolitano de Lisboa (ML) destacou-se com o maior crescimento de receitas. A entrada de 40,8 milhões de euros traduz-se num aumento das vendas de 26%, que contrasta com uma quebra da procura de 12,4%, com menos 12,5 milhões de passageiros. Fonte oficial da ML justifica a quebra da procura "com o abrandamento da actividade económica e, consequentemente, da mobilidade" - uma explicação que é, aliás, comum a todas as empresas. O aumento das receitas é explicado com a subida das tarifas "mas, também, devido à correcção da repartição da receita entre operadores públicos, na sequência da criação do título 'Navegante'".

Se a ML sai beneficiada pelas novas regras de partilha de receitas, a Carris tem motivos de queixa. Nos primeiros seis me-



Uma das principais tarefas do secretário de Estado dos Transportes, Sérgio Monteiro, é garantir a sustentabilidade das empresas de transportes.

ses de 2012, a empresa viu a facturação aumentar 5,6% se considerada "a aplicação da chave de repartição de receitas do passe multimodal resultante do inquérito de 2007 e não do de 1989, como aconteceu até Janeiro deste ano". Caso contrário, a Carris teria facturado mais 12,9% que no ano passado. As receitas totais ficaram-se pelos 46 milhões, contra os 43,6 milhões registados em 2011.

Para a Carris, "a acentuada quebra de passageiros", menos 26 milhões face ao primeiro semestre do ano passado, é resultado da diminuição da mobilidade, que se sente igualmente na cada vez menor utilização do transporte particular e que é, "sobretudo, uma consequência da recessão e do aumento do desemprego, que se verificam em Portugal", explica fonte oficial.

Os barcos que cruzam o Tejo também transportaram menos

1,6 milhões de pessoas. Tal como na Carris e no ML, na Transtejo a diminuição da procura não se sente no balanço. Até final de Junho, "as contas do grupo Transtejo reflectiam uma melhora nos rendimentos dos serviços prestados na ordem dos 6,4%", avança fonte oficial do grupo. Isto representa uma facturação de 7,551 milhões de euros, contra 7,100 milhões registados há um ano.

Metro do Porto perde passageiros ao fim-de-semana
De Lisboa para o Porto, a tendência mantém-se. Na Metro do Porto (MP) as receitas subiram 14,2% ao atingirem 19,8 milhões de euros, enquanto o número de passageiros sofreu uma quebra de 2,8% para 28,2 milhões de pessoas. A Metro do Porto é, aliás, a empresa que menos passageiros perde e a segunda com maior crescimento na receita.



Um problema chamado endividamento

Nas empresas de transportes a dívida aumentou mil milhões até ao fim de Março de 2012.

lhão de euros, contra os 40 milhões registados um ano antes.

SEE à espera de nova lei

Além da definição de uma nova estratégia de combate à dívida das empresas públicas, o Governo comprometeu-se com a 'troika' aprovar um projecto de lei de enquadramento do SEE. Comissão Europeia, FMI e Banco Central Europeu pretendem, assim, ver reforçado o sistema de governação das empresas públicas, alinhando a gestão com as melhores práticas internacionais.

Um novo quadro legal que deverá ainda reforçar os poderes do ministro das Finanças no controlo das empresas públicas, conforme defenderam a CE e o FMI nos últimos relatórios.

Os últimos dados conhecidos, que reportam ao final de Março, apontam para uma dívida das empresas públicas de 30 mil milhões de euros, cerca de 5% acima do mesmo período de 2011. Só no sector dos transportes, e de segundo declarações do secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o endividamento já terá ultrapassado 18 mil milhões de euros. Mais mil milhões do que no final de 2011.

O Diário Económico procurou saber junto do gabinete de Vítor Gaspar quando seria levado a Conselho de Ministros o projecto de lei de enquadramento do SEE, mas fonte oficial do Ministério das Finanças diz que "o Governo não divulga antecipadamente a agenda" das reuniões do Governo e que qualquer balanço sobre esta matéria só será feito junto das instâncias internacionais.

A Refer é campeã do endividamento no SEE. No final de Março a dívida da empresa que gere a rede ferroviária nacional era de 6,7 mil milhões de euros, valor que representava uma subida de 7,8% face ao homólogo de 2011.

Com os membros da 'troika' em Lisboa desde hoje de manhã, serão de esperar novidades nesta matéria nos próximos dias. ■

CP campeã nos capitais próprios negativos

A RTP foi a única empresa pública com capitais próprios negativos a conseguir recuperar parte do seu valor em 2011, com uma evolução positiva de 15,4%. Os capitais próprios continuam, no entanto, negativos em 469 milhões de euros. É nas empresas de transportes, com a CP e a REFER no topo da lista, que se encontram as piores situações. Só a CP apresenta capitais próprios negativos em 2,7 mil milhões de euros, com um agravamento de 12,3% em 2011. Paulo Olavo Cunha, responsável pela área de Corporate & Governance da Vieira de Almeida & Associados, explica que uma alteração legislativa permitiu salvaguardar a sobrevivência das empresas públicas que, tendo capitais próprios negativos, seriam anteriormente obrigadas a proceder à extinção.



as ganham receitas

de passageiros, mas as receitas subiram 6,25% no semestre.

Fonte oficial da MP revela que a quebra da procura sente-se especialmente ao fim-de-semana. "A procura média em dias úteis tem vindo a crescer nos últimos três meses", adianta a mesma fonte, explicando que "onde se dá o grosso da quebra da procura é aos fins-de-semana". "As pessoas deixaram de fazer deslocações para efeitos de lazer, ou para efeitos não fundamentais na sua vida. Já as deslocações para o emprego ou escola têm menos variação na procura."

Já na Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) as receitas subiram 7,8%, atingindo 26,7 milhões num período em que a empresa transportou menos seis milhões de passageiros.

A nível nacional, a CP - Comboios de Portugal reporta uma quebra de 10,3% na procura com um total de 57,9 milhões de passageiros, contra

64,5 milhões de pessoas que viajaram nos primeiros seis meses do ano passado. Fonte oficial da empresa justifica a quebra com a alteração dos padrões de mobilidade, em resultado do "cenário actual de recessão económica". Recessão que não se sente na facturação da CP, que no mesmo período viu as receitas aumentarem 3,9%. "No primeiro semestre de 2012 os proveitos de tráfego foram de 104,6 milhões de euros, o que representou um aumento relativamente a igual período de 2011 de cerca de 3,9 milhões de euros", segundo fonte oficial da empresa.

A nível local, a CP refere diferença entre Lisboa e o Porto. A empresa adianta que "o número de passageiros com passe diminuiu cerca de 9,6%", realçando que "o título 'Andante' [aplicável apenas aos serviços urbanos do Porto] apresentou um crescimento de 6,6%." ■

PASSAGEIROS

-14%

A procura caiu 14% com as seis empresas a transportarem um total de 329,3 milhões de pessoas durante os primeiros seis meses do ano, contra os 383 milhões de passageiros transportados há um ano.

RECEITAS

8,6%

As receitas com títulos de transporte das empresas públicas subiram 8,6% no primeiro semestre. A facturação atingiu 245,6 milhões de euros, contra vendas de 226 milhões no ano anterior.